

“Quatro anos sem entrar dinheiro novo”

20 NOV 1984

GAZETA MERCANTIL

por Claudia Sfatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Ernane Galvão, recém-chegado de Nova York, onde manteve a primeira reunião formal com o comitê de assessoramento da dívida externa brasileira para a montagem da fase 3 de renegociação, trouxe uma informação surpreendente: o Brasil não deverá pedir aos bancos internacionais credores do País dinheiro novo em 1985 nem nos próximos três ou quatro anos — período que coincide com o provável mandato do futuro presidente da República.

“Uma coisa é certa: em 1985 não teremos necessidade de dinheiro novo dos bancos. E tudo indica que essa situação se prolongará por mais três ou quatro anos, possivelmente. Os bancos estão animados com essa perspectiva, que torna as negociações muito mais fáceis, menos desgastantes e menos prolongadas”, declarou Galvão numa entrevista gravada pe-

la sua assessoria de imprensa e distribuída ao final da noite de ontem aos jornalistas, em forma de perguntas e respostas.

O ministro da Fazenda alinhavou também alguns números do setor externo que foram levados aos bancos credores, representados pelo comitê de assessoramento, nas reuniões dos dias 14 e 15 últimos, em Nova York, com a participação do presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore.

Pelas contas oficiais, em 1985 o Brasil registrará um déficit de US\$ 2,8 bilhões na conta de transações correntes, fruto de um superávit de US\$ 12,2 bilhões na balança comercial, e um déficit de US\$ 15 bilhões na balança de serviços. As exportações cresceriam 12,1%; e as importações, 6,1% — atingindo US\$ 27,9 bilhões e US\$ 15,7 bilhões, respectivamente, no ano que vem.

“Nossas posições são razoavelmente conservadoras”, ponderou Galvão, para quem essa perfor-

mance foi calculada num crescimento de 4,8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; uma taxa interbancária de Londres (Libor) de 11,5%; um crescimento de 3,8% no comércio mundial; e 3% de aumento do produto mundial industrial. “Esses números estão sendo revistos juntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o subcomitê de bancos”, assinalou o ministro da Fazenda.

A proposta sobre o modelo de negociação da dívida externa pretendido pelo governo brasileiro somente será levada aos bancos credores em meados de dezembro. Mas, do ponto de vista do ministro, “as reuniões realizadas com o comitê assessor foram excelentes” e indicam que existe um “amplo apoio às idéias de reescalonamento plurianual e redução dos custos financeiros”.

Galvão garante que “não há nada do tipo ‘jogo duro’ do FMI e dos bancos sobre o Brasil”. Pelo contrário, argumentou que “o Fundo e os bancos estão prontos para acertar os pontos básicos da proposta que será apresentada em meados de dezembro”. Concordeu em que as negociações são difíceis, mas “sempre foi assim. Pela sua própria natureza, ninguém tem dúvida. Nunca foi fácil”.

Também procurou caracterizar uma resistência dos bancos em renegociar com o atual governo, em fim de mandato. “Os banqueiros revelam grande interesse em saber quem será o próximo presidente da República e qual sua orientação de política econômica. Mas não levam essa questão a ponto de interromper as negociações e criar um hiato operacional que se prolongaria até a segunda metade de março ou abril.” Quanto ao Clube de Paris, deverá haver uma

reunião preliminar em fins de dezembro, mas qualquer decisão somente será tomada na segunda quinzena de janeiro.

(Ver página 15)

Foi adiada pela segunda vez a viagem do ministro do Planejamento, Delfim Netto, aos Estados Unidos. O Ministério não justificou oficialmente o adiamento, mas fontes consultadas pela Agência Globo explicaram que Delfim não considerava o momento adequado para uma conversa com os bancos e com o FMI.